

## Escolas do Pantanal precisam de reformas



As escolas que atendem os estudantes na região da Barra do São Lourenço e do Paraguai-Mirim (respectivamente distantes 5h20 e 1h de barco de Corumbá), no meio do Pantanal, precisam de reformas.

A escola da região do Paraguai-Mirim tem a situação mais preocupante e delicada. A construção

dela ocorreu por pressão de uma denúncia feita pela TV Morena sobre crianças que catam iscas no Pantanal e nunca tiveram acesso a sala de aula. Segundo Maurício Lopo, especialista em educação da Secretaria Municipal de Corumbá, "a escola foi feita às pressas pelo governo do Estado, no meio do mato", para atender duas comunidades da região.

Por causa da construção feita "às pressas", o estabelecimento rachou e precisou ser interditado. "A escola não é adaptada a realidade da região" (de cheias e secas), ressaltou Lopo.

A escola da Barra do São Lourenço, situada à margem do rio de mesmo nome, possui 52 alunos (formados por crianças, adolescentes e adultos) que convivem com a dinâmica das águas do Pantanal. Dos 52 alunos, cerca de 22 estudantes e as duas professoras se alojam na própria escola durante o período letivo, devido as dificuldades de acesso e transporte.

As famílias que moram na região estão conscientes da importância da educação, tanto para as crianças quanto para os adultos. Contudo, apesar das dificuldades, não querem que a escola mude de local. Primeiramente, porque a Barra do São Lourenço tem uma importância cultural para os moradores, depois, porque o sustento das famílias, ou seja, as iscas que são catadas, estão na região onde vivem. Outro motivo é a logística, caso a escola fosse mudada, aumentaria o gasto com combustível e com horas de viagem para alunos.

Representantes da Secretaria de Educação do Município e engenheiros visitaram dia 23 de outubro as duas escolas. Maurício Lopo disse que com a última cheia, a correnteza levou areia de parte da estrutura da escola São Lourenço, mas ela não foi abalada. A secretaria prevê uma ampliação de

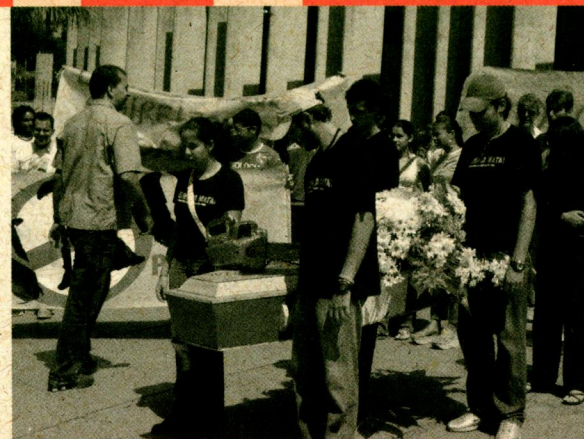
mais de 100% da escola, incluindo a construção de alojamentos para o piloto e o auxiliar. A reforma está prevista para começar em fevereiro, quando ocorrerem as férias escolares.



Construção às pressas causou a interdição da escola

O informativo Repensar faz parte do projeto "Pantanal e os riscos da contaminação", financiado pela New World Foundation, executado pela ong Ecoa - Ecologia e Ação, em parceria com a Coalizão Rios Vivos. Textos e edição: Patrícia Zerlotti. Estagiário de Comunicação: Luis Fernando Duarte. Revisão: Allison Ishy. Projeto gráfico e diagramação: Yara Medeiros. Jornalista responsável: Patrícia Zerlotti (DRT - 085/MS). Jornal Repensar / Ecoa - Ecologia e Ação - Telefone: (67) 3324 3230 - E-mail: repensar@terra.com.br - Site: www.riosvivos.org.br/contaminacao

## Notas



Fotos: Luis Fernando Duarte

Ativistas fazem enterro simbólico do Pantanal

### Campanha contra usinas de álcool no Pantanal continua

As ameaças das usinas de álcool no Pantanal não acabaram, novamente o deputado estadual Dagoberto Nogueira Filho (PDT) apresentou o Projeto de Lei 152/06 na Assembléia Legislativa de MS pedindo a supressão do artigo 4º da Lei Estadual nº 328/82, que proíbe a instalação ou a ampliação da capacidade das destilarias de álcool e usinas de açúcar na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP). Atualmente há duas usinas na Bacia, a de Quebra-Coco e Sonora.

No dia oito de novembro, a consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente (MMA) enviou à Comissão de Legislação Participativa da Assembléia, parecer sobre o projeto do deputado Dagoberto como foi solicitado pela Casa. O Ministério considerou incompatível o projeto de lei com a resolução 001/85, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Dagoberto Nogueira não vê nenhum problema na ampliação das usinas. Ele acredita que a tecnologia empregada hoje nas destilarias garante a não poluição do Pantanal. Além disso, para ele, as usinas de álcool seriam responsáveis pelo desenvolvimento e pela geração de empregos na região Norte do Estado. Apesar de ter se passado mais de 20 anos, os riscos continuam os mesmos para o Pantanal.

No dia 21 de novembro de 2006 manifestantes da campanha Não as Usinas de Álcool compareceram e protestaram na Assembléia Legislativa de MS. Nesta data ocorreria a votação do parecer apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que pede o arquivamento do Projeto de Lei 152/06. Porém, a votação não ocorreu porque o autor, deputado Dagoberto Nogueira (PDT), não compareceu na sessão.

Por este motivo, o Fórum de Defesa do Pantanal está realizando a campanha virtual "Mande seu recado para os Deputados Estaduais" pelo site [www.ecoa.org.br](http://www.ecoa.org.br). Participe!

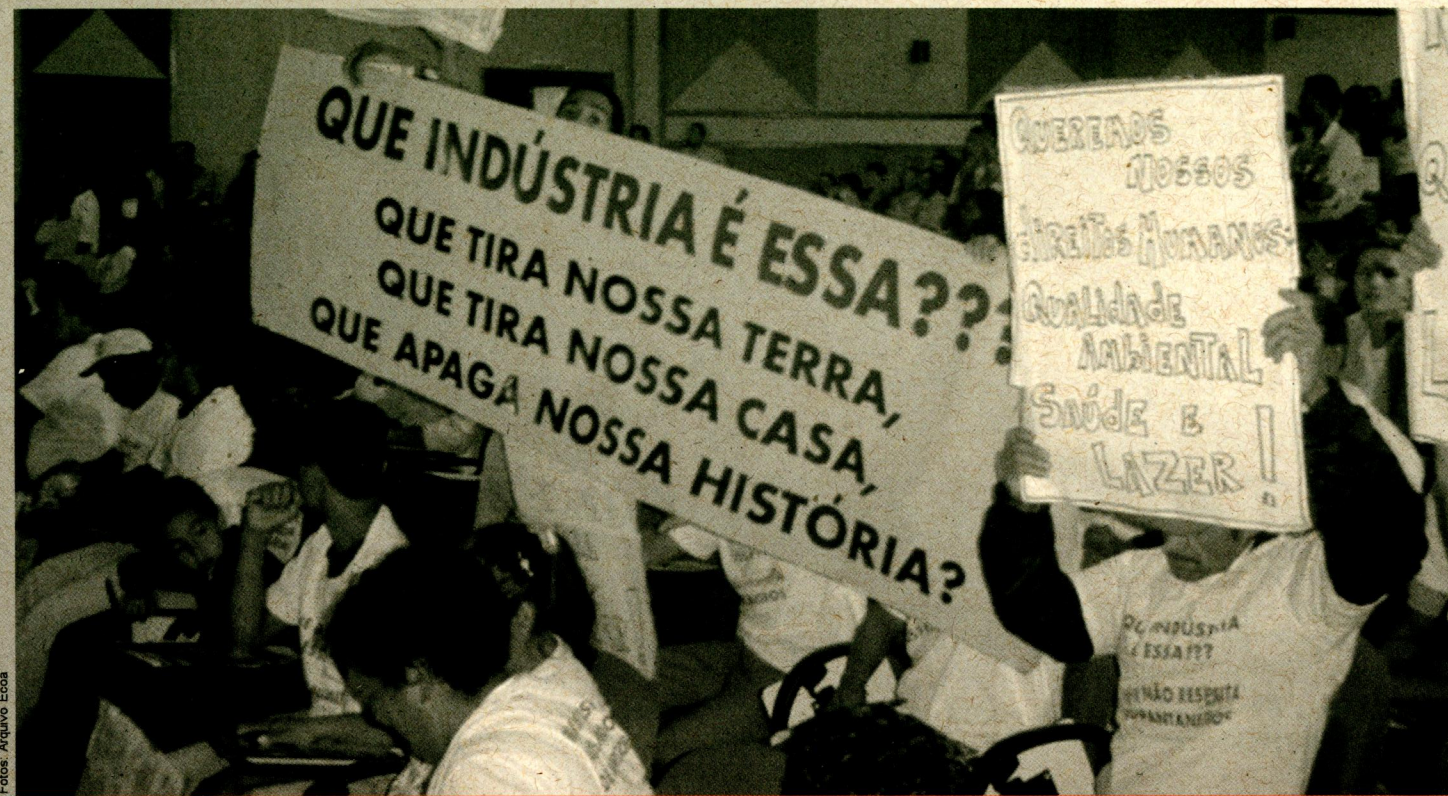
Realização  
**ecoa**  
ecologia e ação



Apoio  
**NWF**  
New World Foundation

Esta é uma publicação do projeto "Pantanal e os riscos da contaminação" Dezembro de 2006 - Edição 9

# repensar



Fotos: Arquivo Ecoa

Moradores de Maria Coelho participaram da audiência pública da EBX e reivindicaram seu direitos

## Justiça ambiental deve prevalecer

por Patrícia Zerlotti

O movimento de justiça ambiental começou nos Estados Unidos na década de 70, com objetivo de lutar pelos direitos civis. Inicialmente, foi liderado pelo movimento negro contra o racismo, que surgiu para mostrar que as comunidades negras viviam mais próximas de áreas poluídas, de depósitos de lixo e resíduos perigosos. Ao longo dos anos 80, esse movimento se ampliou, mostrando que a discriminação não era somente contra negros, mas estava relacionada às questões de etnias, classe, gênero e atingindo grupos sociais mais vulneráveis.

No Brasil, o movimento começou formalmente há cinco anos com a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) ([www.rbj.org.br](http://www.rbj.org.br)). Porém, há vários outros grupos, movimentos e organizações que lutam pela justiça ambiental, mesmo que não tenham recorrido ao uso da expressão. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), é um exemplo. É formado por pessoas de poder aquisitivo baixo que sempre sofrem os impactos negativos

da instalação de hidrelétricas. São pessoas que perdem suas casas, são retiradas do seu ambiente cultural e na maioria das vezes a indenização não é justa e demora muito para ser paga, quando é feita! Há muitos outros exemplos da luta pela justiça ambiental no Brasil, como as associações que se organizam para defender causas locais, como uma comunidade que passará a conviver com resíduos tóxicos após a instalação de uma indústria química, ou bairros que sofrem com o mau cheiro produzido por frigoríficos irresponsáveis que preferem economizar em infra-estrutura para aumentar seus lucros a manter a qualidade ambiental e de vida dos moradores da região.

Mas por que o movimento de justiça ambiental é tão importante para nosso país? Porque com esta proposta de modelo desenvolvimento, baseado em indústrias com alto índice de poluição e megaprojetos de infra-estrutura, os menos favorecidos sempre ficam com o ônus ambiental. A perda da qualidade ambiental é inevitável para as regiões mais pobres e marginalizadas.

No Mato Grosso do Sul, temos um caso

que demonstra bem esta realidade. Dezesesseis famílias, da comunidade de Maria Coelho, localizada a 40 Km de Corumbá, estão lutando para não serem despejadas. Elas ocupam 60 hectares da região com pequenas propriedades rurais e sítios produtivos. As famílias estão sendo expulsas para a construção de uma usina siderúrgica de ferro-gusa do Grupo MMX. São 220 hectares, no valor de R\$ 587 mil, que foram doados pelo governo do Estado para a MMX. As famílias sempre pagaram os impostos de posse da terra, algumas pessoas nasceram e se criaram na região e o Estado alega que eles não são proprietários das terras.

Para piorar a situação, mesmo o processo de posse estando em trâmite na Justiça, a empresa já recebeu a Licença de Instalação e já começou os trabalhos no canteiro de obras. A legislação brasileira diz que enquanto não for definido o direito de posse da área, não se pode expedir o licenciamento. Entretanto, além de serem ameaçados a perder suas casas e terras, a justiça e o governo estadual, que deveriam auxiliar as famílias, facilitam o lado mais forte e rico, a empresa.



# Licenciamento de siderurgia ocorre sem participação do Ibama

## Eike Batista faz doações para candidatos políticos para garantir licença ambiental

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) assinou com o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) um Termo de Cooperação Técnica visando a realização de um trabalho mútuo de fiscalização e avaliação da empresa siderúrgica MMX, instalada em Corumbá.

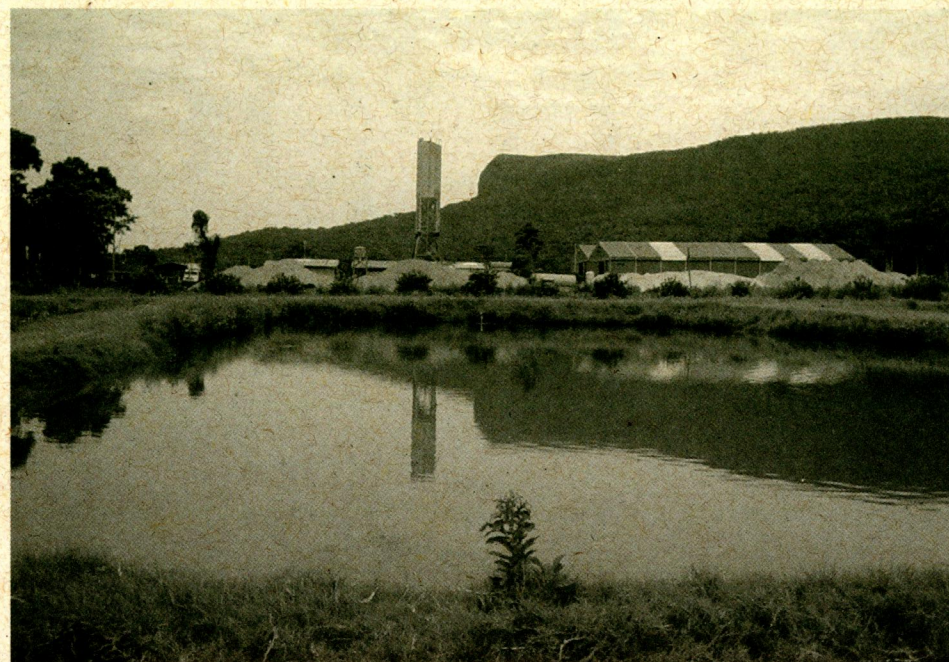
Contudo, o órgão federal não foi chamado a participar de nenhuma audiência que discutia as atividades da empresa em Corumbá. "É um Termo de Cooperação, o próprio nome já diz, é para cooperar se eles precisarem", declarou Nereu Fontes, superintendente do Ibama do Mato Grosso do Sul.

Fontes ressalta que seria "natural" e "lógico" o pedido de cooperação por parte da Sema, mas ele não foi feito. Apesar de não solicitar a participação do Ibama enquanto o Termo de Cooperação estava em vigência, a Sema pediu ao órgão federal que o documento fosse renovado.

A Sema foi procurada para esclarecer a situação, mas ninguém poderia falar a respeito, somente o secretário, José Elias Moreira. O Jornal Repensar procurou o diversas vezes, porém não conseguiu fazer nenhuma entrevista e não houve retorno dos recados até o fechamento desta edição.

### Sociedade civil

A Rede Pantanal de Ongs e Movimentos Sociais enviou, no dia 10 de agosto, ao procurador da República de Corumbá, Alexandre Collares Barbosa uma carta questionando a legitimidade do termo de cooperação. De acordo com a rede, o documento "vai contra a Resolução Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) N° 237, de 19 de dezembro de 1997". A carta destaca ainda que o Ibama não participou do processo de licenciamento, o que contraria o termo. A cláusula segun-



Usina precisa de 2000 m³/h de água para funcionar, Corumbá consome 1044m³/h

Fotos: Arquivo Ecoa

da da resolução deixa claro que o Ibama deve colaborar com os procedimentos de acompanhamento e avaliação no licenciamento do projeto.

Em resposta à carta, o procurador Ale-

xandre Barbosa informou que foi instaurado um "Procedimento" e aguarda o resultado do estudo técnico do Ministério Público Federal para "formação de opinião para posterior tomada de decisão".

## Governo aprova instalação da MMX em tempo recorde

O governo do Estado acelerou o andamento do processo de instalação da MMX - Mineração & Metálicos S.A, em Corumbá, região do Pantanal. Para se ter idéia da rapidez, no dia 18 de julho, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) concedeu a licença prévia à empresa e em menos de 30 dias, em 16 de agosto, autorizou a MMX a iniciar o processo de instalação (construir a estrutura da usina). Quando a licença prévia foi dada, a expectativa era de que o passo seguinte no processo, a obtenção da instalação demorasse meses para ser dado.

Em entrevista ao jornal O Estado, em 17 de agosto de 2006, o secretário de Estado de Meio Ambiente, José Elias Moreira, disse que todos os procedimentos relativos às normas ambientais estariam sendo observados para liberar a ins-

talação da MMX no Pantanal. "Temos técnicos extremamente competentes, que nunca aprovariam nada sem uma análise completa", afirmou Moreira.

O secretário admitiu que esperava que o processo fosse ainda mais ágil! "Só não foi mais rápido porque não tínhamos mais pessoal disponível. Tínhamos de ter agilidade para não perder o investimento", afirmou.

### Doação de recursos

O empresário, Eike Batista, do grupo da empresa MMX, disse a Folha de São Paulo, na edição de 19 de novembro, que a doação de R\$ 400 mil feita à campanha do deputado federal do PT Vander Loubet, na verdade destinava-se ao tio do parlamentar, o governador José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT. Segundo Eike, seu grupo pretendeu

colaborar com políticos "para impedir que licenças ambientais para seus empreendimentos sejam recusadas por razões políticas", revelou ao jornal. Os candidatos ao governo Delcídio do Amaral e André Puccinelli também receberam doações, o mesmo valor, do empresário no período eleitoral.



MMX está construindo usina na área de Maria Coelho

# Teatro de fantoches leva sensibilização ambiental para escolas de Corumbá

## Teatro, capacitação e educação ambiental nas escolas

A arte, cultura regional, sensibilização ambiental e doação de alimentos acompanharam a apresentação da peça de teatro de fantoches "Em nossas mãos", realizada, no dia 27 de outubro, no teatro da escola Santa Teresa, em Corumbá. Cerca de 100 pessoas, entre estudantes, pais e professores, assistiram à peça de teatro que trouxe como tema o desenvolvimento da região aliado à conservação do Pantanal.

Para interagir com o público, a peça apresentou três finais para que a platéia escolhesse o melhor. Os finais apresentados foram escolhidos através do concurso "Em nossas mãos", promovido pela ONG Paz & Natureza Pantanal, que premiou três autores. Os vencedores são os estudantes Nathan Gomes de Oliveira, da escola Santa Teresa, Victor Jorge da Cunha Campos, da escola Santa Inês e Thiago Dávila Alves, da escola Dois de Setembro, de Ladário. Os ganhadores são alunos da quarta série do ensino fundamental e receberam como prêmio um passeio pelo rio Paraguai com direito a acompanhante.

Para assistir a peça de teatro o expectador poderia levar um quilo de ali-



Fantoches utilizados na peça teatral são resultado das oficinas do projeto

Fotos: Arquivo PNP

mento não perecível que foram doados para as famílias da aldeia Guató. O público também recebeu brindes, foram sorteados mais de 30 prêmios. A maioria foi doação do comércio de Corumbá e Ladário.

Esta apresentação e outras que ocorreram, em 12 escolas de Corumbá e

Ladário no Brasil, na Bolívia e na aldeia Guató, na Ilha Ínsua, são resultados de oito meses de trabalho dos profissionais da organização não-governamental Paz & Natureza Pantanal (PNP). Neste período, a PNP executou o projeto "Desenvolvimento local em nossas mãos para a conservação do Pantanal", financiado pela NC-IUCN/SWP (Comitê Holandês para União Mundial de Conservação da Natureza), com a finalidade de democratizar as informações sobre os modelos de desenvolvimento propostos para Corumbá, focando a participação da sociedade civil e a conservação do Pantanal.

Além do envolvimento dos alunos para escrever o final da história que foi encenado nas escolas, 20 professores participaram de oficinas de arte-educação, onde apreenderam a trabalhar com questões sociais e ambientais em sala de aula e a criar fantoches. Todos os bonecos utilizados na peça foram produzidos pelos professores.

O projeto atingiu diretamente mais de 700 pessoas com palestras, oficinas e apresentações teatrais. Do projeto nasceu a Rede Educadores do Pantanal, que visa multiplicar tudo o que o grupo aprendeu com as ações do projeto.

Se você é professor, aluno ou tem interesse em apreender mais sobre educação, paz e meio ambiente, entre em contato com a PNP pelo telefone (67) 3231 9217



Patricia Zenotti

Professores e membros da PNP que participaram do projeto "Em nossas mãos"